

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputado Ricardo Mellão.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Novo em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Partido Novo em obstrução.

Estão abertos os microfones para que votem "sim", "não" ou "abstenção".

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Manifestar obstrução do MDB. O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obstrução do MDB.

-Verificação de votação pelo sistema eletrônico.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Mais algum deputado gostaria de registrar o seu voto? Passamos à alteração de voto. Algum deputado gostaria de alterar o seu voto de "não" para "sim" ou de "sim" para "não"? Passamos a proclamar o resultado: 51 deputados votantes, 41 "sim", 9 "não", mais este presidente, quórum que aprova as emendas de "A" a "O", apresentadas no parecer da Comissão de Finanças.

Em votação as Emendas de 1 a 9, apresentadas no parecer da Comissão de Finanças e Orçamento. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permanecem como se encontram. (Pausa.) Aprovadas.

Em votação as demais emendas englobadamente, com parecer contrário da Comissão de Finanças e Orçamento. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem contrários permanecem como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para declarar o nosso voto favorável a essas emendas e declarar voto contrário ao Projeto 578 pela bancada do Partido dos Trabalhadores. Eu vou apresentar voto em separado.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Um voto em separado da bancada do PT e um voto contrário... Ela falou um voto...

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Contrário ao projeto, um voto em separado da bancada do PT e voto favorável às emendas do PT.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Isso. Deputada Monica.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Declarar voto favorável às emendas do PSOL, declarar voto contrário ao relatório, declarar voto contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Registra a manifestação da deputada Monica Seixas. Deputada Janaina.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - Presidente, declarar voto favorável às Emendas 1.154, 1.155, 1.156, 1.157, 1.325, 1.326 e 1.384. Obrigada, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É regimental.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Pela ordem, presidente. Para declarar voto favorável às emendas apresentadas pelo Partido Novo.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Declarar voto favorável às emendas do Partido Novo.

O SR. GIL DINIZ - PL - Pela ordem, presidente. Declarar voto favorável às emendas que eu apresentei ao Orçamento de 2023.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O deputado Gil Diniz vota favorável às suas emendas.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 45, inciso V, ambos do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de apreciar a redação final do Projeto de lei nº 578, de 2022, de autoria do Sr. Governador.

Pede uma suspensão por cinco minutos, só para a gente...

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - Pela ordem, presidente. Para solicitar a suspensão dos trabalhos por cinco minutos, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É regimental, deputada Janaina. Suspensão dos trabalhos por cinco minutos.

Está suspensa a sessão, por cinco minutos.

- Suspensa às 22 horas e 15 minutos, a sessão é reaberta às 22 horas e 21 minutos, sob a Presidência do Sr. Carlos Cezar.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Reaberta a sessão. O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Tem pela ordem. O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Solicitar a suspensão da sessão por mais cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Pela ordem, deputado Barros Munhoz. Dez minutos ou cinco?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Dez minutos.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Está suspensa a sessão por 10 minutos, havendo acordo de lideranças.

- Suspensa às 22 horas e 22 minutos, a sessão é reaberta às 22 horas e 31 minutos, sob a Presidência do Sr. Carlão Pignatari.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Reaberta a sessão. Gostaria de informar... Um momentinho só, deputadas e deputados. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, por favor.

Vamos fazer o seguinte. Amanhã eu estou aqui às 14 horas. Chegam os deputados que têm problemas. Nós vamos fazer o resto que nós vamos pautar, e ponto. Nós não temos outra maneira de fazer mais.

Chamamos uma extra. Se precisar chamar uma segunda extra, chamamos uma segunda extra, e vamos tocando a nossa vida. Tá bom?

A sessão será às quatro e meia, mas às duas horas quem tiver problemas com projetos de lei... Tá bom?

Então, está encerrada a sessão. Não havendo nada mais a tratar, está...

Quer falar alguma coisa, deputada Janaina?

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - Não, presidente. Hoje tem Congresso?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Só a redação final do Orçamento.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - Tá bom. Hoje, né?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Hoje. Tem que assinar. O pessoal da Comissão de Finanças, nós precisamos assinar a redação final, para deixar pronto o projeto.

Não havendo mais a tratar, está levantada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 22 horas e 33 minutos.

- É inserido texto não lido em plenário.

Declaração de voto contrário ao Projeto de lei nº 578, de 2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária para o Exercício de 2023.

O projeto de Lei Nº 578 / 2022, enviado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, orça a Receita e fixa a Despesa da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo para o ano de 2022, num montante de R\$ 317.408.397.614,00 (trezentos e dezesete bilhões, quatrocentos e oito milhões, trezentos e noventa e sete mil e seiscentos e quatorze reais).

O projeto de Lei chegou nesta casa em 30 de setembro e recebeu emendas até 7 de novembro. No dia 25 de novembro foi nomeado relator o deputado Delegado Olim. Em pauta pelo período regimental, o projeto recebeu 21.332 emendas, que foi

a segunda maior quantidade de emendas desde o projeto do orçamento para 2011.

Frete a proposta orçamentária de 2022, Projeto de Lei Nº 663, DE 2021, houve uma redução de 19,85% ou foram apresentadas 5.282 emendas a menor que o ano anterior.

O relator Delegado Olim, só fez remanejamento e não ampliou recursos.

O relator alocou recursos para o aumento das emendas impositivas e fez uma série de remanejamento, retirando R\$ 1 bilhão das estradas vicinais para Recuperação e Duplicação de rodovias.

Em outro remanejamento ampliou em 650 milhões para a Nova Tamoios- contornos e para isto retira de subscrições de ações metrô em R\$ 360 milhões, repasse de recursos do FUNAC em R\$ 90 milhões, e cidadania no campo- rotas rurais em 200 milhões, que na prática também está vinculado as vicinais.

Ainda remanejou R\$ 3,8 milhões para publicidade institucional a pedido do atual governo e retirou de gerenciamento administrativo e de infraestrutura. Não se alocou um centavo para o lamspe.

Como avanço destaque recursos para as audiências públicas especialmente para Saúde e segurança pública. Ainda colocou R\$ 2 milhões para conciliadores e mediadores. Ainda destaque que se ampliou recursos de r\$ 1 milhão para centro de iniciação esporte social, formação e excelência esportiva e r\$ 2 milhões na cultura para o proav com o valor de r\$ 500 mil, oficinas culturais r\$ 1 milhão e implantação de fábricas de cultura 4.0 em R\$ 500 mil.

Devo destacar que até 19 de dezembro o governo paulista havia arrecadado quase R\$ 12 bilhões a mais que o previsto. A proposta de orçamento de 2023 aponta que a renúncia de receita com ICMS e IPVA para 2023 chega a quase R\$ 86,5 bilhões e a educação perde R\$ 23,8 bilhões e a saúde R\$ 9,5 bilhões. O valor da renúncia de receita representa 27,5% do total do orçamento 2023.

A renúncia de receita é R\$ 30,2 bilhões a mais de tudo que se projeta gastar em 2023 com a educação, de R\$ 50,6 bilhões a mais com a saúde, quase R\$ 52 bilhões a mais do que com a Segurança Pública e R\$ 56 bilhões a mais que o ser que será desembolsado com a secretaria de desenvolvimento econômico, que tem as universidades paulistas.

Até 29 de novembro de 2022, no lamspe, a despesa com recursos do tesouro já havia chegado de R\$ 1,83 bilhão e superava a previsão em 10% ou 167 milhões e os recursos do tesouro estadual eram de apenas R\$ 75 milhões.

A diferença entre os recursos dos servidores públicos e do Tesouro é de R\$ 1,76 bilhão. Esta política continua, que gera cidades e regiões inteiras onde os servidores não tem atendimento. E para 2023 enquanto os servidores colocam R\$ 1,97 bilhão no IAMSPE, o governo paulista disponibiliza apenas R\$ 3,1 milhões ou 0,16% do total gasto.

1-) A LDO 2023 previa crescimento do PIB de 1,3% e da inflação (IPCA) de 3,8%. Ao comparar as informações da LDO para 2023 com as do orçamento de 2023 e consta-se que o valor o crescimento da receita pulou de R\$ 4,6 bilhões (+1,64%) para R\$ 30,6 bilhões (+10,67%).

As receitas primárias, basicamente de impostos, cresceriam apenas 1,64% ou R\$ 4,6 bilhões. De abril para setembro, chegada do orçamento ao poder Legislativo, as receitas e despesas crescem 10,67% ou R\$ 30,6 bilhões. O remanejamento cresceu, devido a mudanças da LDO 2021 e podem chegara 52% ou R\$ 165 bilhões.

2-) O governo Rodrigo Garcia corta recursos de outros poderes, especialmente a Tribunal de Contas (-R\$ 50 milhões), Ministério Público (-R\$ 80 milhões) e Assembleia Legislativa (-R\$ 135 milhões).

3-) No Poder Executivo, perdem participação a Administração Geral do Estado (-R\$ 4,11 bilhões), Agricultura (-R\$ 10,7 milhões), Cultura (-R\$ 16 milhões), infraestrutura e meio ambiente (-R\$ 190 milhões), Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (-R\$ 215 milhões), Justiça (-R\$ 54 milhões), e turismo (-R\$ 53 milhões) e com isto crescem menos que o crescimento do orçamento do estado (10,67%).

4-) A educação cresceu 12,5% e aumenta sua participação no "bolo do orçamento" em R\$ 2,5 bilhões , Desenvolvimento Social (R\$ 185 milhões), Transportes Metropolitanos (R\$ 2,27 bilhão), Esporte e Lazer (R\$ 2,1 milhões), Administração Penitenciária (R\$ 416 milhões), Segurança Pública (R\$ 1,26 bilhão), Tribunal de Justiça (R\$ 547 milhões) e Desenvolvimento Regional (R\$ 146 milhões)

5-) O aumento dos investimentos das empresas do governo do Estado em R\$ 2,9 bilhões (+28%) em valores nominais, já em valores corrigidos é de R\$ 2,5 bilhões. Aponto aumento real dos Investimentos das principais Empresas Estatais frente a 2022, tais como o Metrô em R\$ 1,6 bilhão (54%), em R\$ 518 milhões CDHU (40%), SABESP R\$ 525 milhões (12%), EMTU em R\$ 142 milhões (94%)

Já a com diminuição de recursos no valor de entre as principais empresas estatais. EMAE CAIU em R\$ -92 milhões ou -32%, Prodesp -R\$ 14,2 milhões ou -14,2% e Agência de fomento teve acréscimo de em -R\$ 198 milhões (-14%).

6-) Por ação apontamos queda de investimento nas seguintes ações das empresas não dependentes. Na agência de fomento apontamos queda de R\$ 229 milhões ou -41% para desembolso para micro e pequenas empresas, financiamento de municípios paulistas em R\$ 281 milhões ou 37,8%.

Corte de provisão de lotes urbanizados de R\$ 135 milhões ou -57%, regularização fundiária de conjuntos habitacionais de R\$ 1,25 milhões ou -24%, reassentamento habitacional em R\$ 29 milhões ou 9%, melhorias habitacionais e urbanas de R\$ 12,2 milhões ou -46%, linha 1- azul - recapacitação e modernização de R\$ 17 milhões ou -26%, linha 19-celeste - Anhangabaú-Bosque Maia de R\$ 67 milhões ou -56%, portas de plataforma nas estações das linhas 1, 2 e 3 de R\$ 42 milhões ou -25%, gestão do Poupatempo em R4 35 milhões ou 60% e Corredor metropolitano noroeste da região metropolitana de campinas- implantação de R\$ 3,5 milhões ou -29%.

7-) Analisando apenas os investimentos estaduais das Secretarias observamos um incremento geral de 92,5% ou R\$ 10,48 bilhões para 2022 em relação a 2021.O governo Doria aposta no crescimento em valores corrigidos de obras e compra de equipamentos permanentes para algumas secretarias, como Transportes R\$ 3,2 milhões (92%), Segurança Pública R\$ 655 milhões (118%), Saúde R\$ 217 milhões (20%), Habitação sem CDHU R\$ 72 milhões (14%), Desenvolvimento Regional R\$ 1,19 bilhão (R\$ 212%), Educação (R\$ 29,7 milhões ou 3,8%), Transportes Metropolitanos R\$ 792milhões (92%), Cultura -R\$ 55,5 milhões (63%), Secretaria de Agricultura R\$ 178 milhões (242%), turismo (+R\$ 45 milhões ou +8,6%) justiça e da defesa da cidadania (R\$ 74 milhões ou 620%), Desenvolvimento Social R\$ 53 milhões (R\$ 103%), Secretaria de Esporte e Lazer R\$ 87 milhões (231%), Secretaria de ciência e tecnologia e desenvolvimento econômico (R\$ 1,15 bilhão ou 273%), Administração Penitenciária -R\$ 223 milhões (403%),meio ambiente e infraestrutura (R\$ 1,06 milhões ou 124,9%) e direitos pessoa com deficiência (+ R\$ 1,17 milhão ou 23%).

Os órgãos que terão redução de recursos para investimentos, como ministério público (-R\$ 7,48 milhões ou -8%), tribunal de contas (-R\$ 810 mil ou 23,9%) e secretaria do governo (-R\$ 26,5 milhões ou -19,4%)

8-) Os investimentos em obras e material permanente, segundo a LOA de 2023 apresenta um crescimento real de 7%. Os investimentos já definidos para as regiões administrativos caem R\$ 809 milhões ou 3% e onze regiões apresentam queda. Destacamos que em valor real a grande São Paulo cresceu 7,62% ou R\$ 1,2 bilhão, São José dos Campos em 27% ou R\$ 154 milhões e Santos em R\$ 300 milhões ou 31%.As maiores quedas se encontram nas regiões de Itapeva em 67%,Central 60%, Marília 59,7%, Bauru 59,13%, Franca 56,2% e Araçatuba em 53%.

9-) No gasto constitucional com a saúde o governo deixa de aplicar R\$ 114 milhões e aplicará apenas 11,92%, e não os 12%. E na secretaria da saúde os cortes se concentram na redução do coordenadoria de defesa e saúde animal de R\$ 16,7 milhões ou -23%, fundação para o remédio popular Chopin Tavares de .Lima-FURP em R\$ 76 milhões ou 28,8%, fundação Oncocentro de São Paulo com queda no investimentos de R\$ 826 mil com queda de 8%, hospital clinicas facultade medicina de Marília – HCFAMEMA (-R\$ 2,7 milhões ou -1,3%).

Por ação os cortes são expressivos para apoio a atenção básica municipal (-12,9% ou R\$ 26,8 milhões), controle de doenças transmitido por vetores (dengue, entre outros) com redução de R\$ 21,9 milhões ou -100%, para reformas e instalações emergenciais de unidades de saúde (-68 ou –R\$ 77 milhões), imunização da população humana (R\$ 11,3 milhões ou 86%), assistência médica, hospitalar e ambulatorial nos hospitais da USP (R\$ 61,5 milhões ou 9,9%) para operacionalização da gestão dos hospitais em parceria público privada em R4 161 milhões ou 36,5%, fabricação e distribuição de medicamentos, (-R\$ 77,8 milhões ou 29,5%) e apoio a recomoço : programa estadual de enfrentamento ao crack-saúde (-R\$ 5,67 milhões ou 32%).

10-) Na Segurança Pública, , a queda de recursos para instalações da polícia civil em R\$ 53 milhões ou 32%, delegacia da mulher 24HS em R\$ 912 mil ou 3,7%, seleção formação capacitação aperfeiçoamento polícias civis em R\$ 38 milhões ou 39%, construção/readequação de instalações físicas (corpo de bombeiro) em R\$ 4,1 milhões ou 100%, obras instalação unidades polícia técnico-científica em R\$ 68 milhões ou 74%, implantação de câmeras operacionais portáteis para o efetivo da polícia militarem R\$ 89 milhões ou 100%, olho digital em R\$ 6,2 milhões ou 74%, aparelhamento e modernização contínua dos equipamentos da polícia militar em R\$ 15,7 milhões ou 3,5%, operações integradas da policia /CICC -centro integrado de comando e controle em R4 6,6 milhões ou 58%, implantação de batalhões de ações especiais -BAEPS em R\$ 7,2 milhões ou 100%, construção do centro de operações da polícia militar – COPOM em R4 18 milhões ou 58%.

1-1) Na Educação, destacamos a redução de recursos na orçamento e finanças corte de R\$ 1,35 bilhão (-11%), e coordenadoria de informação e tecnologia (-R\$ 192 milhões ou 31%). E se prevê cortar em R\$ 6 milhões ou 4,9% para construção de creches, contribuição do Estado para Educação Básica - Fundeb em R\$ 1,364 bilhão ou 13%, para provisão de recursos para atividades pedagógicas, provisão de material didático em R\$ 8,2 milhões ou -35,7%, seleção, promoção, progressão e evolução dos profissionais/servidores da educação em R\$ 37,5% ou 83%, operação da rede de ensino básico em R\$ 367 ou 20,7% e INOVA - implementação de recursos tecnológicos e oferta de material escolar em R\$ 302 milhões ou 67%.

11-) Na secretaria desenvolvimento econômico, ciência, tecnologia. Inovação redução No Paula Souza de R\$ 69 milhões ou 9,5% desenvolvimento e educação profissional tecnológica, desenvolvimento ensino médio-centro Paula Souza em R\$ 134 milhões ou 31,5%.

Na áreas de desenvolvimento há cortes para apoio tecnológico às micro, pequenas e médias empresas R\$ 4,6 milhões ou 56%, assistência e apoio ao investidor em R4 2,16 milhões ou 7%, fomento à geração e ao crescimento de startups nos ambientes de inovação em R\$ 1,8 milhão ou 43% e formulação do plano de desenvolvimento econômico e fomento de polos de desenvolvimento em R\$ 6,6 milhões ou 82%.

12-) Universidades: Nas universidades, há redução para políticas permanência e formação estudantil em R\$ 224 milhões ou 47,6% e extensão universidade difusão cultura serviço e comunidade (R\$ 100 milhões ou 27,8%. Na FAPESP, divulgação e difusão dos resultados de pesquisa R\$ 22,5 milhões ou 40% e infraestrutura de pesquisa em R\$ 84 milhões ou 35,4%. E falta R\$ 981milhões para alcançar os 9,57% para as universidades.

13-) Na área do trabalho, programa de qualificação profissional – PQP (-10,8% ou –R\$ 1,47 milhão), NOVOTEC - qualificação profissional para estudantes do ensino médio da rede estadual (R\$ 5,9 ou 2,2%).

14-) No gasto constitucional com educação se constata a não aplicação de R\$ 9,5 bilhões para 2023. Vale ressaltar que de 2007 e 2020, o valor não aplicado em educação é de R\$ 111,9 bilhões.

De 2018 a 2020, deixaram de ser aplicados R\$ 25 bilhões dos recursos constitucionais destinados à Educação. Para 2022 e 2023, se prevê que deixarão de ser aplicados R\$ 10,5 bilhões. O governo paulista não cumpre a Constituição, que fixa o mínimo de 30% da receita de impostos a ser aplicado obrigatoriamente em Educação.

15-) Na Secretaria de Transportes Metropolitanos várias linhas da CPTM sofreram cortes como a linha 8 - diamante da CPTM (-R\$ 101 milhões ou -86%), modernização da linha 7 - rubi da CPTM em R\$ 77 milhões ou 92%, modernização da linha 11 - CORAL da CPTM em R\$ 268 milhões ou 77%, modernização da linha 12 - SAFIRA DA CPTM em R\$ 61 milhões ou 51%, extensão da linha 9 - Esmeralda até varginha em R\$ 61 milhões ou 36%, operação da estrada de ferro Campos do Jordão em R\$ 2,27 milhões ou 13,6% e apoio a PPP do VLT da Baixada Santista (-R\$ 2 milhões ou -3,7%) e PPP para implantação do trem inter cidades – TIC em R\$ 50,4 ou 50,2%. Ainda destaque, redução de R\$ 473 milhões ou -13% na CPTM, e de R\$ 3,3 bilhão ou – 18% estrada de ferro Campos do Jordão.

16-) Na secretaria de Logística e Transporte chamamos atenção para a queda na Companhia docas de São Sebastião com redução de R\$ 4 milhões (-8,5%) e de R\$ 332 milhões no DER. Por ação destaque: redução nos recursos gestão administrativa e operacional da DERSA desenvolvimento rodoviário S/A em R\$ 24 milhões ou 100%, operação do porto de São Sebastião R4 4,1 milhões ou 8,5%, operação e segurança da malha rodoviária em R4 69,9 milhões ou 9%, conservação sinalização segurança rodovias em R\$ 96,6 milhões ou 8,8%, duplicação, implantação, recuperação de rodovias em R\$ 1,34 bilhão ou 49,3%, Nova Tamoios – Contornos em R\$ 292 milhões ou 34%, apoio a PPP rodovia Tamoios-Serra em R\$ 294 milhões ou 100%.

17-) Na secretaria de Desenvolvimento Social destacamos queda de R\$ 52 milhões ou 19,5% na administração superior da secretaria e coordenadoria de gestão estratégica em R\$ 67 mil ou 5,8%.

E corte como melhoria das condições de vida da população em situação de vulnerabilidade em R\$ 23 milhões ou 11%.

18-) Na secretaria de Justiça ocorre corte na fundação Casa em R\$ 30 milhões (-1,9%). Na justiça, destacamos queda de adequação da infraestrutura ao SINASE E ECA em R\$ 24 milhões ou 80%, reformas e adequações de bens imóveis em R\$ 27,7 milhões ou 100%, construção, reforma fóruns ministério público em R\$ 18 milhões ou 43%, educação em direitos humanos e cidadania em R\$ 4,3 milhões ou 43%, atenção educação adolescente medida cautelar (-R\$ 4 milhões ou -2,6%). Para o ITESP, destaque em regularização fundiária urbana e rural em R\$ 2,3 milhões ou 3,7%, fortalecimento agricultura familiar quilombos em R\$ 648 mil ou 14,5%.

19-) Na cultura há corte para implantação de fábricas de cultura 4.0 em R4 16,6 milhões ou 17%, oficinas culturais em R4 3,3 milhões ou 19%, infraestrutura de equipamentos culturais em R\$ 2,3 milhões ou 16%, PROAV - programa de investimento no setor de audiovisual em 41,9% ou 80%.

20-) Já na agricultura há um corte de 60% ou –R\$ 6 milhões para subvenções aos produtores rurais em R\$ 3,45 milhões ou 2,6%, cidadania no campo - rotas rurais em R4 5 milhões ou 3,6%, assistência técnica, extensão rural e apoio a organizações rurais para agricultura sustentável em R\$ 26,5 ou 45%.

21-) No meio ambiente e infraestrutura ocorrem cortes para implantação do sistema de macrodrenagem do rio Baquirivu-Guaçu (-R\$ 18,8 milhões ou -94%), implantação do sistema adutor regional e das

barragens duas pontes e pedraira em R\$ 58 milhões ou 32%, preservação e manutenção do rio Tietê em R\$ 9,4 milhões ou 4%, apoio a municípios em intervenções no setor de recursos hídricos em R\$ 17 milhões ou 41,7%, se liga na rede em R\$ 21,5 milhões ou 51%, infraestrutura sustentável em R\$ 26 milhões ou 39%, implementação da política estadual de defesa dos animais domésticos em R\$ 8,67 milhões e 13,4% e gestão do parque zoológico (-R\$ 12 milhões ou -100%). Redução no departamento de águas e energia elétrica- DAEE no valor de R\$ 12,7 milhões ou -0,6%.

22-) No esporte, corte nos centros de formação e de excelência esportiva em R\$ 7,6 milhões ou 26%, reformas e/ou obras realizadas pela secretaria em R\$ 7,4 milhões ou 31% e distribuição de materiais esportivos em R\$ 3,1 milhões ou 86%

23-) Na secretaria de governo, implantação das praças da cidadania no estado de São Paulo em R\$ 13,6 milhões ou 40%, regulação fiscalização concessões rodoviárias em R\$ 50,8 milhões ou 38%, regulação e fiscalização. serviços públicos saneamento básico em R\$ 5,5 milhões ou 68%, gás canalizado em R\$ 3,7 milhões ou 68%. E de R\$ 29,5 milhões ou 2,2 na administração da secretaria, casa militar R\$ 4,8 milhões ou -7,2%, na ARTESP em R\$ 622 mil ou 0,2%.

25-) Na secretaria de administração penitenciária corte para conservação manutenção reparos das unidades prisionais em R\$ 30 milhões ou 24%, serviços de atenção à saúde dos custodiados em R\$ 1 milhão ou 44%.

26-) Na habitação, destacamos queda para ações do fundo garantidor habitacional-FGH em R\$ 30 milhões ou 96%, apoio a regularização fundiária (-R\$ 2,7 milhões ou -5,8%), no reassentamento habitacional de risco e favelas e urbanização de favelas (-13,6 milhões ou -86%), urbanização de favelas em R\$ 4,8 milhões ou 100%, produção de moradias em R\$ 38 milhões ou 65%, desenvolvimento urbano sustentável em R\$ 50 milhões ou 83%.

27-) Turismo: redução de R\$ 5,4 milhões ou 0,9% na administração da secretaria e R\$ 2,6 milhões ou 3,7% no custeio da coordenadoria de turismo

28-) A margem de remanejamento passa de R\$ 160 bilhões e aponta para a existência de um orçamento fictício

Desta forma, o recetuitário do governo atual deve continuar na próximo governo como redução de secretarias e enguamento de órgãos, baixos salários, falta de aplicação dos 30% na educação, não aplicar o gasto constitucional da saúde, não cumprir os 9,57% para universidades e deixar de aplicar R\$ 1 bilhão, de não aplicação alocar menos de R\$ 4 milhões enquanto os trabalhadores colocam R\$ 1,6 bilhão e não cumprir obrigações definidas na constituição estadual, de cortes generalizados nas ações orçamentárias para a área social e de privatizações. A margem de remanejamento passa de R\$ 160 bilhões e aponta para a existência de um orçamento fictício. Outro absurdo é que a margem do governador é de 52%, enquanto por recomendação do Tribunal de Contas deve ser igual a previsão de inflação, que no caso do Estado, é de 3,8%.

Sala das Sessões, em Deputada Márcia Lia Líder da Bancada do PT

21 DE DEZEMBRO DE 2022 154ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: RICARDO MELLÃO, CARLOS GIANNAZI, JOSÉ AMÉRICO LULA, CARLA MORANDO e CARLÃO PIGNATARI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - RICARDO MELLÃO
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - JANAINA PASCHOAL
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência. Apela pela aprovação de projetos dos seus pares e pela derrubada do veto ao PLC 34/18. Pede por votos favoráveis ao PL 597/22.
4 - CORONEL TELHADAVA
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Denuncia situação precarizada de professores categoria "O". Afirma que docentes foram prejudicados pelo critério de escolha do Processo de Atribuição de Classes e Aulas de 2023. Cobra providências à Secretaria da Educação do Estado.
6 - JOSÉ AMÉRICO LULA
Assume a Presidência.
7 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - PRESIDENTE JOSÉ AMÉRICO LULA
Endossa o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi.
9 - PROFESSORA BEBEL
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - PROFESSORA BEBEL
Para comunicação, faz pronunciamento.
11 - JANAINA PASCHOAL
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
13 - MÁRCIA LULA LIA
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
14 - JANAINA PASCHOAL
Por inscrição, faz pronunciamento.
15 - CARLA MORANDO
Assume a Presidência. Convoca, para hoje, reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, às 16 horas.
16 - SEBASTIÃO SANTOS
Por inscrição, faz pronunciamento.
17 - DR. JORGE LULA DO CARMO
Por inscrição, faz pronunciamento.
18 - CAIO FRANÇA
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
19 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA
Solicita a suspensão da sessão, por acordo de lideranças, até as 16 horas e 30 minutos.
20 - PRESIDENTE CARLA MORANDO
Defero o pedido e suspende a sessão às 15h44min.
ORDEM DO DIA
21 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Assume a Presidência e abre a sessão às 16h38min. Encerra a discussão, coloca em votação, separadamente, e declara aprovados os requerimentos de urgência aos PLS 536/21, 597/22, e 29/21. Convoca sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão.
22 - GILMACI SANTOS
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
23 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Defero o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 22/12, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Ricardo Mellão.

- Passa-se ao